



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



**ELENILDE ROSA DE DEUS**

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA  
NO MUNICÍPIO DE ITAPIRAPUA PAULISTA (SP).**

**CURITIBA-PR  
2012**

**ELENILDE ROSA DE DEUS**



**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA  
NO MUNICÍPIO DE ITAPIRAPUA PAULISTA (SP).**

Monografia de conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Jorge C. C. Guerra, LD

**CURITIBA (PR)  
2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao grande Deus, pela vida e por mais esta vitória alcançada.

Aos meus familiares, fontes de inspiração e determinação.

Ao meu Orientador Prof. Jorge Carlos C. Guerra por sua sabedoria, estímulo diante das minhas limitações...

Aos tutores Silvana S D B Santos, e Heuron Teixeira de Lima pelo constante apoio.

A equipe docente da UTFPR pelo profissionalismo e competência incomparáveis.

A equipe do SIGMA APIAI pela presteza.

Aos amigos Andréia, Lucilia e Rômulo pelo companheirismo e cumplicidade nos ideais.

Aos colegas de turma pelos bons momentos que juntos convivemos, dos quais já sinto saudades.

Enfim, a todos que contribuíram com este trabalho, minha gratidão!

“Tudo posso naquele que me fortalece.”  
(Filipenses, 3:14)

## RESUMO

DEUS, Elenilde Rosa. **Impactos Socioeconômicos do Programa Bolsa Família no Município de Itapirapuã Paulista- SP**. 43 f. Monografia, Especialização em Gestão Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2013.

Este trabalho apresenta os impactos econômicos e sociais do Programa Bolsa Família no município de Itapirapuã Paulista (SP). Analisará gestão municipal do mesmo no que tange a critérios de cadastramentos dos beneficiários no sistema Cadastro Únicos, a atuação da Instância de Controle Social e o acompanhamento do cumprimento as condicionalidades do programa pelos respectivos usuários. Descreve como os fornecedores (saúde, educação assistência social) das informações que subsidiam a avaliação de condicionalidade, consideram os critérios do programa e se os consideram efetivos. Apresenta informações como quantidade de população estimada no município e correlaciona com usuários inscritos no Cadastro Único e quantidade de famílias beneficiárias. Relata valores em reais recebidos pelas famílias beneficiadas no município, valor médio por família e com quantidade de beneficiários. Descreve como beneficiários avaliam o programa em geral: os valores recebidos, a gestão municipal do mesmo, a importância do valor do benefício no orçamento familiar, a representatividade do valor recebido do programa bolsa família no orçamento familiar.

**Palavras-chave** Bolsa Família, impactos socioeconômicos, município.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Pontos Fracos do PBF no município.....	22
Tabela 2: Pontos Fortes do PBF no município.....	23

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ICS	Instância de Controle Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1. Justificativa.....	9
1.2. Objetivos.....	10
1.1.2.Geral.....	10
1.2.2. Específicos.....	10
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1. Políticas Sociais no Brasil.....	12
2.2. Programa Bolsa Família.....	14
2.2.1. Condicionalidades.....	14
2.2.2. Cadastro Único.....	15
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	15
3.1 Tipos de pesquisa ou técnicas de pesquisa.....	16
3.3 Coleta e análise dos Dados.....	16
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	18
4.1 Itapirapuã Paulista (SP) – Tipificação.....	18
4.2 Boas práticas e impactos do Programa Bolsa Família.....	18
4.3 A Bolsa Família em Itapirapuã Paulista (SP).....	21
4.3.1.1 Pontos Fracos do PBF no Município.....	22
4.3.1.2 Pontos Fortes do PBF no Município.....	23
4.3.2 Indicadores do PBF no Município.....	23
4.3.2.1 Indicadores Econômicos.....	23
4.3.2.2 Indicadores Sociais.....	24
4.3.2.3 Indicadores de Acompanhamento das condicionalidades.....	25
4.4 Sugestão para o Bolsa Família no Município.....	27
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
<b>REFERENCIAS</b> .....	31
<b>APÊNDICE A</b> .....	35
<b>APÊNDICE B</b> .....	36
<b>APÊNDICE C</b> .....	37
<b>APÊNDICE D</b> .....	38
<b>APÊNDICE E</b> .....	39

## **1. INTRODUÇÃO.**

A situação de desigualdade social no Brasil é cada vez maior, na década de 70 do século passado, pensava-se que poderia permitir “crescer o bolo” que depois se dividiria com a população carente e excluída, mas o que realmente se observava era a concentração de renda nas mãos de uma minoria e uma aviltante e avassaladora maioria de pobres e miseráveis, cada vez mais excluídos.

Erradicação da miséria no país são preocupação fundamental e um dos grandes desafios dos governantes, sendo este assunto prioritário no plano de governo em todas as instâncias.

Como ferramenta de combate à pobreza criou-se no governo FHC programas de transferência de renda direta e com condicionalidades, posteriormente no governo Lula unifica várias modalidades em o hoje conhecido como Programa Bolsa Família. Este tem abrangência nacional, seu foco são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e segundo o governo é responsável por beneficiar 33 milhões de brasileiros em situação de pobreza absoluta.

No município de Itapirapuã Paulista (SP), o IDH é um dos mais baixos do estado, a população estimada hoje é de 4081 habitantes, são 919 famílias cadastradas, das quais 549 são consideradas pobres e com perfil de beneficiários.

A gestão efetiva do programa, a veracidade das informações no momento do cadastro definirá os possíveis beneficiários.

O acompanhamento ao cumprimento as condicionalidades do programa o torna coerente com seus objetivos.

### **1.1 Justificativa.**

Como cidadã há uma preocupação com o tema e as limitações socioeconômicas no município, pois o número de famílias em Itapirapuã Paulista (SP) considerada pobre é muito grande proporcionalmente ao número de habitantes, para várias famílias a Bolsa Família é considerada a principal fonte de renda, há grande concentração de renda em poder de pouquíssimos, diante disso pretende se analisar os impactos sociais e econômicos do programa no município.

Esse estudo poderá subsidiar a gestão pública a desenvolver políticas sociais voltadas para este público no intuito de minimizar as suas limitações econômicas e sociais.

## **1.2 Objetivos.**

### **1.2.1 Objetivo Geral.**

Analisar os impactos sócio-econômicos do Programa Bolsa Família, no município de Itapirapuã Paulista-SP

### **1.2.2 Objetivos Específicos.**

- . Identificar o valor total dos benefícios destinados ao município;
- . Identificar o número de famílias beneficiadas pelo programa;
- . Identificar valor médio que cada família recebe;
- . Analisar gestão do programa no município;
- . Analisar representativo da renda do programa no orçamento família;
- . Analisar possibilidade de ascensão social através renda do programa.
- . Levantar pontos fracos e fortes do programa no município.

## **1.3 Metodologia.**

Para este estudo será utilizado pesquisa bibliográfica segundo Koche (1997, p.122), para dar sustentação aos assuntos correlatos a políticas sociais e ao Programa Bolsa Família, as informações serão buscadas em meio eletrônico, livros, periódicos, artigos científicos, documentos e estudo de caso. De acordo com Yin (2001, p.32), será analisado o grupo de beneficiário do programa no município de Itapirapuã Paulista (SP) e o impacto socioeconômico do mesmo no município, correlacionam variáveis como: população, renda, número de famílias beneficiadas, valor médio mensal recebido por família, baseia se em fontes de dados IBGE, MDS, DATASUS, SEADE e Portal da Transparência.

Serão realizadas entrevistas com os responsáveis pela Gestão do Programa no município, cadastro único, controle e com os fornecedores de informações de cumprimento as condicionalidades, buscando conhecer a gestão do mesmo no município, critério de inclusão e manutenção das informações.

Com os beneficiários será efetuada entrevista por amostragem para identificar representatividade do benefício no orçamento, valor médio mensal recebido, possibilidade de ascensão, analisar a percepção dos mesmos em relação ao programa.

A monografia será composta de cinco capítulos, no Capítulo 1, introdução deste trabalho, apresenta inicialmente uma breve contextualização do tema da pesquisa. Segue-se a delimitação do tema proposto, a formulação do problema de pesquisa, o levantamento dos objetivos gerais e específicos, a descrição da justificativa apresentando a motivação específica e por fim, a descrição da metodologia de pesquisa seguida do desenvolvimento sucinto.

O Capítulo 2 inicia o referencial teórico do trabalho com a busca de informações inerentes ao tema proposto. Ele introduz a descrição das “políticas sociais no Brasil” e do Programa Bolsa Família.

O Capítulo 3 descreve os Procedimentos metodológicos da pesquisa.

O Capítulo 4 analisa os dados levantados.

O Capítulo 5 apresenta as considerações finais, bem como sugestões para eventuais trabalhos futuros.

A última etapa corresponde ao referencial bibliográfico, listando as referências nas quais esta pesquisa pôde ser baseada.

No final do trabalho monográfico, há inclusão de apêndices contendo as entrevistas efetuadas com o gestor local do programa, fornecedores de informações de cumprimento das condicionalidades e beneficiários do programa.

## **2 REFERENCIAL TEORICO.**

Nesse capítulo serão apresentadas as políticas sociais de combate à pobreza no Brasil, o programa Bolsa Família.

### **2.1 Uma história das Políticas Sociais de combate a pobreza no Brasil.**

As políticas públicas no Brasil, sobretudo as políticas sociais só recentemente se tornaram objeto de estudo, elas são definidas e implementadas de acordo com o contexto histórico, social e econômico a qual uma nação ou mundo passa, temos os exemplos das grandes crises mundiais que sempre determinam nova ordem social.

O sistema capitalista como o brasileiro é um sistema concentrador de riqueza e excludente que só maximiza as desigualdades sociais, surgem então às políticas sociais que representam ação do estado em determinado tempo para atender as demandas da sociedade e corrigir as diferenças sociais, que no caso brasileiro só aumentaram com o passar dos anos.

No Brasil de 1930 a 1945- As políticas de proteção social baseavam-se no posicionamento de Esping Anderson (1990) modelo conservador de proteção social, baseado em grandes alianças entre capital e trabalho intermediado pelo Estado.

O padrão de proteção social era caracterizado pela forte centralização do governo federal, por processos fechados de decisão, gestão centralizada em grandes burocracias, fragmentação institucional e pela iniquidade do ponto de vista da distribuição dos serviços e benefícios (Almeida, 1995; Draibe, 2003), esta orientação baseada no mérito seguiu até o período de 1964.

No período da Ditadura Militar (1964- 1985) foi marcado pela corrupção, ineficiência do estado e um grande aumento da dívida social com a população mais vulnerável.

Os rumos de políticas sociais só são restabelecidos com o processo de redemocratização do país. A CF 88- Estabelece direitos sociais entre os direitos fundamentais, as políticas sociais são vistas como o mínimo de bem estar para a população, na constituição tais direitos são denominadas Seguridade Social e abrange saúde, assistência e previdência social.

Outro fator importante também a partir da CF 88 foi à descentralização do poder federativo, estados e municípios passaram a ter capacidades de decisão e recursos, as políticas de assistência e combate a pobreza tornam-se atribuição dos municípios, embora o objetivo de superar a pobreza e atenuar as desigualdades sociais fossem atribuições das três esferas.

Nos anos 90 marcado pelo neoliberalismo orientação que não reconhece política social como direito, há pouca intervenção estatal no combate a fome e a pobreza.

Conforme Silva (2010), as políticas de transferência de renda tiveram seu marco inicial em 1991 com o Programa de Garantia de Renda Mínima que contemplaria brasileiros maiores de 25 anos de idade. Posteriormente este projeto foi melhorado e inclui famílias com crianças de 5 a 16 anos matriculadas e freqüentes em escola pública como prioritárias para receber o recurso. Nesta linha foram escolhidas as cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF) para serem as pioneiras na adoção dessas políticas redistributivas.

Na seqüência destas experiências, a partir de 1996 o governo federal instituiu os seguintes programas de transferência de renda a nível nacional: Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e no ano de 2001 foram criados a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás (MESQUITA, 2007, p. 13). Para gerir o orçamento anual destinado a estes programas, em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que substituiu os Ministérios da Assistência Social; e de Segurança Alimentar e Combate à Fome (SILVA, 2010, p. 21).

No governo Lula houve aumento do orçamento para as políticas sociais, expansão e consolidação dos programas de combate à pobreza e a desigualdade social, inclusive unificação de programas no então conhecido PBF.

Após a crise que ocorreu na primeira década nos EUA e grande parte da Europa, condicionaram a implementar de políticas publicas ao “cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio organizacional entre receitas e despesas, restringindo de certa forma a intervenção do Estado na economia, priorizando a focalização (Souza, 2007, p.65) e concebendo arranjos legais para as organizações da sociedade civil (Bresser Pereira, 2004)

## **2.2 O Programa Bolsa Família.**

O Programa Bolsa Família foi criado em janeiro de 2004, Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, neste unifica os benefícios sociais até então existente, é um programa focalizado e sua abrangência é nacional, é considerado um dos maiores programa de transferência direta de renda do mundo.

O foco do Programa são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os objetivos do programa são a curto, médio e longo prazo, primeiramente amenizar a situação de pobreza por meio da transferência direta de renda, depois através das condicionalidades, investir em capital humano alterar a situação socioeconômica e nas gerações futuras romper com o ciclo intergeracional de miséria e pobreza, ou seja, transferência de renda, proporcionar alimentação; condicionalidades refere a acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social; programa complementar que visa o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade social. (Fonte: MDS, 2013).

### **2.2.1 Condicionalidades.**

As condicionalidades são fatores estratégicos para mudança da situação de pobreza atual, o acesso à educação reduz a fragilidade social e econômica, pessoas com baixa escolaridade que se submetem a condições precárias de trabalho e com baixa remuneração, pessoas mais instruídas tem mais possibilidade de emprego, com maior de retorno econômico.

Acesso a saúde é um direito universal, neste programa ele também aparece como condições para que beneficiários se mantenham no programa, ampliar estoque de saúde das pessoas é também investir na capacidade de produção.

Serão responsáveis pelas informações de cumprimento das condicionalidades as Secretarias de Saúde, as Escolas e Assistência Social. Essas informações são fundamentais para gestão do programa, pois garantirão o acompanhamento e para as famílias, a melhoria do acesso a estes serviços.

O não cumprimento das condicionalidades por parte dos beneficiários acarreta primeira advertência em caso de reincidência mais uma advertência, seguido de

bloqueio, suspensão e posterior cancelamento após a 5ª ocorrência. (Fonte: MDS, 2013).

### **2.2.2 Cadastro Único.**

Para ter acesso ao programa o potencial beneficiário terá que passar pelo Cadastro Único, o perfil bolsa família são pessoas que obtenham como renda per capita de até R\$ 140,00.

O cadastro que também servirá para outros programas em todas as instancias governamentais e também para planejamento de ações diversas das demais secretarias no município, no cadastro são inseridos informações como: característica de moradia, nível de escolaridade, número de integrante da família, ganhos e custos.

Quanto à quantidade de benefícios disponíveis para cada município dependerá do número estimado de famílias pobres com base nas informações do IBGE, censo demográfico e PNAD, para seleção será considerada a composição de cada família em situação de pobreza e extrema pobreza.

Requisito para permanência é a atualização dos dados a cada dois anos e do cumprimento da condicionalidades do programa.

No ato do cadastro a veracidade das informações é fundamental, pois caso identifique informações falsas há medidas prevista.

A Portaria 177 de 16 de junho de 2011- regulamenta a gestão do Cadastro Único, estabelece que a equipe deva ter capacidade e conhecimento de medidas adotarem quando identificada informações falsas.

No município cabe a gestão coletar, incluir, excluir e atualizar os dados. A seleção de beneficiários será feita pelo MDS com base nas informações cadastrada. ( Fonte: MDS, 2013).

### **3. METODOLOGIA**

O local da pesquisa foi no Município de Itapirapuã Paulista. O município em questão está localizado na Região sudeste do Estado de São Paulo, no Alto Vale do Ribeira.

Os estudos se deram nos Artigos disponíveis em ambientes virtuais (internet) e sites oficiais como IBGE, SEADE, DATASUS, MDS e Portal da Transparência, deram o levantamento dos referenciais que subsidiaram a pesquisa.

As coletas de dados foram realizadas no período de 17 a 23 de outubro de 2013, através de entrevistas com gestor municipal do programa, responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades e pelos beneficiários do programa.

#### **3.1 Tipos de pesquisa ou técnicas de pesquisa.**

As pesquisas no município de Itapirapuã Paulista, localizado na região sudeste do Estado de São Paulo, no Alto Vale do Ribeira, realizada para conhecimento do funcionamento programa no município e como os beneficiários avaliam o programa, bem como impacto sócio e econômico do mesmo no município, se deram em dois momentos distintos: Referências Bibliográficas e Coleta de Dados.

Para pesquisa dos referenciais, foram pesquisados artigos científicos e sites oficiais como embasamento e fortalecimento do aporte teórico na busca de informações sobre a o Programa Bolsa Família no município.

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas o qual objetivou conhecer e analisar o programa e seus impactos no município. As entrevistas com gestor do programa e responsáveis pelos acompanhamentos das condicionalidades, com perguntas abertas informalmente e posteriormente formalizadas por email.

As entrevistas com os beneficiários de programa foram feitas perguntas fechadas.

#### **3.3 Coleta e análise dos Dados.**

Na entrevista, Apêndice A, com o gestor do programa no município foram feitas 12 perguntas abertas que teve como objetivo conhecer e analisar a gestão do mesmo no município com relação a cadastro único, controles e fiscalização, critérios de seleção e permanência, repasses federais direto para gestão do programa no município, ações complementares ao programa.

Nas entrevistas, Apêndices B, C e D com responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades, foram feitas 5 perguntas abertas que teve como objetivo conhecer como são gerado as informações, periodicidade, analisar se os mesmos consideram este indicador coerente com os objetivos do programa.

A entrevista, Apêndice E, com os beneficiários do programa foram realizadas no período de 18 de outubro a 23 de outubro de 2013, com beneficiários da zona urbana e dos demais bairros da zona rural, no total de 57 entrevistas, o que corresponde a uma amostragem 10% dos beneficiados pelo programa no município, foram feitas 18 perguntas fechadas, que teve por objetivo traçar o perfil dos beneficiados no município, gênero, idade, escolaridade, composição de membros familiar, moradia e consumo médio em alimentação; impactos diretos do benefício na renda, na qualidade de vida, na alimentação; como avaliam o programa no município, conhecimento de seus direitos, deveres e garantias, condições de acesso aos serviços de saúde, educação e serviço social.

De posse da entrevista, Apêndice A, preenchida pelo gestor municipal, as perguntas eram abertas, as respostas foram analisadas e transcritas no subcapítulo gestão do programa no município.

Das entrevistas, Apêndices B, C e D, com responsáveis pelos acompanhamentos das condicionalidades as respostas foram mapeadas e avaliadas separadamente, considerando suas ponderações no decorrer análise de acordo com a área saúde, educação ou serviço social.

As entrevistas, Apêndice E, com os beneficiários do programa foram tabuladas e representadas os resultados em percentuais.

Os dados foram analisados de forma clara e seletiva para que os resultados fossem visíveis e objetivos. Os dados obtidos a partir do formulário de coleta de dados estão apresentados e discutidos no capítulo que segue.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo aponta os resultados alcançados com as pesquisas e com os dados das entrevistas, Apêndices A, B, C, D e E, realizadas com questões abertas para os gestores e fechadas para os beneficiários do programa.

A amostra foi composta por 10% do total de beneficiados do programa no município.

### **4.1 Tipificação do município de Itapirapuã Paulista (SP).**

O município de Itapirapuã localizado na região sudeste do estado de São Paulo, no Alto Vale do Ribeira, é um município jovem, emancipou-se politicamente em 12 de março de 1992.

Desenvolveu-se da agricultura, hoje a atividade econômica e dos serviços de reflorestamento e extração dos produtos da madeira.

Os economicamente ativos fazem parte do funcionalismo público ou da atividade de silvicultura. O município ainda busca seu desenvolvimento suas principais fontes de receitas são de convênios com o mais diverso ministérios e o repasse mensal do Fundo de Participação do Município (FPM).

Segundo IBGE/2013, a população do município é de 4081 habitantes, a área total do município é de 406,478 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica é de 9,73 hab./km<sup>2</sup> e o grau de urbanização era de 48,77% em 2010.

A população ocupada segundo as atividades econômicas no ano de 2010, no município era de 690 pessoas.

O PIB – Produto Interno Bruto per capita do município em 2010 foi de R\$ 6.834,64.

No município de Itapirapuã Paulista índice de pobreza do município é de 62,56% (Fonte DATASUS 2010) e o de GINI que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. No ano de 2010 o município de Itapirapuã Paulista registrou o Índice de GINI de 0,535.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, dos residentes no município 494 pessoas encontravam-se em situação de extrema pobreza, isto significa que 12,7% da

população do município têm renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Do total dos extremamente pobres 288 (58,4%) viviam no meio rural e 206 (41,6%) no meio urbano.

Saúde- Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde, o município possui duas equipes do Programa Saúde da Família (PSF), programa do Ministério da Saúde (SUS), o programa foi implantado no município no ano de 1996 com objetivo de aumentar a acessibilidade e prevenção das doenças.

Há equipe de multiprofissionais responsáveis pelo acompanhamento das famílias. De acordo com dados (Seade- 2011) a taxa de natalidade e de 1,3%; a taxa de mortalidade infantil e de 6% e a taxa de nascimento de criança de baixo peso (menos de 2,5 kg) são de 11,76%.

Educação- No município há três escolas de Educação Infantil, sete escolas de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio, não há no município problema como oferta de vagas. Segundo dados (Seade- 2010) a taxa de analfabetismo da população de 15anos ou mais e de 12,98%; a população de 18 a 24 anos com ensino médio completo é de 46,42%

Serviço Social- No município conta com a estrutura composta pelo Gestor Municipal da Promoção Social que é responsável pelo Cadastro Único e o CRAS que tem um coordenador, uma assistente social e uma psicóloga.

#### **4.3 Boas praticas e impactos do Programa Bolsa Família.**

No município de Boracéia/SP, foi elaborado e aplicado um questionário diretamente aos beneficiários do programa. A pesquisa serviu de base de comparação e permitiu diagnosticar o grau de impacto do PBF na economia do município. Detectou-se que 84% foram gastos em supermercados e os 16% restantes em farmácias.

Constatou-se que a alimentação é o item em que os beneficiários mais utilizam seu recurso do PBF, gastos em alimentos que ficou com 71% de utilização dos recursos de acordo com as respostas dos beneficiários. Assim confirma-se a afirmação de Vaitsman e Paes-Souza (2007, p. 80) de que 73,3% das famílias brasileiras relatam que melhorou muito a qualidade e variedade da alimentação.

Ao analisar o perfil da família de beneficiários do município observou-se que 40% possuem uma renda mensal de até R\$ 300,00, 40% possuem renda de R\$ 301,00 à

R\$ 500,00 e somente 20% possuem renda superior a R\$ 501,00. Ao comparar os recursos fornecidos aos beneficiários constatou-se que 34% recebem R\$ 64,00, 33% recebem R\$ 96,00, 22% recebem R\$ 128,00 e 11% recebem outros valores. Dessa forma, conclui-se que o impacto financeiro dentro da família é significativo, sendo que para 80% das famílias pode chegar a 20% da renda.

Segundo o IBGE a família brasileira gasta em média 500 reais mensais em alimentação. Com os dados da pesquisa pode-se observar que se somente 20% dos beneficiários possuem renda superior a R\$ 501,00 então a média para as famílias com maior vulnerabilidade tende a ser menor.

Quando se comparou os recursos despendidos pelo PBF aos beneficiários no ano de 2011 junto ao orçamento público municipal, foi encontrado o percentual de 1,2%, o que se entendeu ser um percentual modesto e pouco significativo dentro do orçamento do município.

Como o PIB é um indicador de grande importância na macroeconomia, cabe verificar que o repasse anual de verbas do PBF representa 0,17% do produto interno bruto do município analisado. Constata-se, portanto que se trata de uma cidade com atividade econômica razoavelmente desenvolvida.

No bairro Vila Lobo, município de Crato/ CE, foi pesquisado o efeito do PBF na vida dos moradores, se o benefício realmente tem feito diferença no que diz respeito à saúde de educação desta comunidade.

Quanto ao destino do valor recebido do benefício (33%) gastam o dinheiro do benefício com alimentação em geral; (31%) gastam com material escolar; (15%) gastam em material escolar e alimentação; (4%) usam para saldar despesas domésticas e (17%) gastam-se em alimentação, material escolar e outros como: roupas, calçados, medicamentos e fraldas.

Quanto à origem da alimentação (87%) compram seus alimentos diretamente nos mercados e (13%) dependem de auxílio de seus familiares para se alimentarem.

Influências do PBF e efeitos das condicionalidades: Saúde e Educação (44%) afirmam que o valor do benefício tem melhorado a educação; (38%) afirmam que o dinheiro do governo federal tem melhorado tanto saúde quanto educação de sua família; (12%) afirmam que tem influenciado na saúde e (6%) afirmam que não tem influenciado de forma alguma nas questões de saúde e educação de sua família.

Quanto à fonte de renda dos beneficiários entrevistados (44%) afirmam que sua renda e do PBF; (38%) afirmam que a renda e do trabalho do marido, (8%) afirmam que a fonte de renda e do trabalho da mãe; (6%) afirmam que a renda e de benefícios do INSS e (4%) do trabalho do pai e da mãe.

### **4.3 A Bolsa Família em Itapirapuã Paulista (SP).**

No município de Itapirapuã Paulista, a Instância de Controle Social (ICS), é o mesmo Conselho Municipal de Assistência do Município e é composto por oito membros.

O cadastramento das famílias é realizado no CRAS e as atualizações são feitas de dois em dois anos, caso haja alteração na renda da família ou na composição familiar os mesmos devem atualizar o cadastro.

Critérios para receber o benefício básico que é o valor da renda per capita familiar até de 70 reais e o benefício variável que é ate 140 reais, para saber a renda per capita dividi-se os rendimentos da família pela quantidade de pessoas.

O município recebe para IGD PBF valor R\$ 1.916,59 mensal e o valor IGD SUAS R\$ 642, mensal. A gestora considera suficiente para desenvolver as ações que estão sob responsabilidade local, pois o município também tem a sua contra partida.

No Município a fiscalização é feita a partir de denúncias para a Assistente Social, caso a pessoa esteja recebendo indevidamente, ou seja, não esteja dentro do perfil estabelecido pelo programa é feito a visita domiciliar e orientado a família para que seja atualizado o cadastro. Pelo órgão federal é efetuado cruzamento de dados pelo próprio sistema e se a família estiver fora do perfil é cancelamento automaticamente o benefício.

Como ações complementares para o público alvo do programa são realizadas palestras eventuais com o objetivo de orientar e estabelecer vínculos, oficinas de decopagem em vidro com objetivo de fortalecer vínculos e desenvolver habilidades.

E realizado diagnóstico básico sobre a gestão do programa e convivência municipal de avaliação, consulta aos beneficiários através de questionários e avaliações realizadas nas reuniões periódicas.

Quanto ao acompanhamento e orientação ao cumprimento de condicionalidades é feito através de: visitas domiciliares, reuniões de acompanhamentos e orientações e atendimentos individuais quando necessário.

Ocorrem sistematicamente reuniões de conscientização e orientação dos direitos e deveres e de suas garantias e como é realizado o calculo para receber os valores do beneficio auxiliando a compreender e ser mais participativo.

Como ponto forte do programa no município destaca o cumprimento da maioria das condicionalidades Educação e Saúde, abrangendo grande número da população vulnerável do Município.

Como ponto fraco a baixa participação dos beneficiários nas reuniões sócios educativa. Para melhorar os pontos fracos é necessário aumentar as estratégias para conscientização dos beneficiários e desenvolver atividades que satisfaçam as necessidades e interesses dos beneficiários e suas famílias.

No município são desenvolvidas parcerias com as secretarias Saúde e educação do município com objetivo de atender de forma abrangente o beneficiário, tem ajudado muito com o que preconiza o programa Bolsa família. (Fonte: Apêndice A, Entrevista com gestor do programa no município out.13)

Segundo entrevista, Apêndice E, com os beneficiários estes consideram a gestão PBF no município, 67 % como Bom; 25% Regular, 4% Ótimo e 4% como Péssimo. Destes também 89% disseram que não sabem como e calculado o valor do beneficio que recebem do programa e apenas 11% conhecem como e calculado o valor do beneficio. Quanto aos direitos e deveres em relação ao programa 49% disseram que sabem e 51% alegam desconhecer.

#### **4.3.1 Pontos Fracos do PBF no município.**

Tabela 1: Pontos Fracos do PBF no Município

A baixa participação dos beneficiários em reuniões sócios educativas ainda é o desafio a ser superado pelos gestor do programa;

A alimentação das informações dos possíveis beneficiários no sistema é passível às manipulações;

A periodicidade de controle das condicionalidades é longa;

Alto índice de descumprimento das condicionalidades aos serviços de educação no ensino médio;

A maioria dos beneficiários tem baixo grau de instrução.

Fonte: Apêndices A, B, C, D e E.

#### **4.3.2 Pontos Fortes do PBF no município.**

Tabela 2: Pontos Fortes do PBF no município

Melhoria na vida dos beneficiários, segundo pesquisa realizada com os mesmos;  
 Melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários do programa;  
 Aumento na frequência escolar das crianças das famílias beneficiadas pelo programa;  
 Redução na evasão escolar pelos filhos das famílias beneficiadas pelo programa;  
 Maior regularidade das famílias beneficiadas nos serviços de saúde.  
 Cumprimento das condicionalidades relativas aos serviços de saúde e educação pela maioria dos beneficiários;  
 Reuniões educativas periódicas.

Fonte: Apêndices A, B, C, D e E.

#### **4.4 Indicadores do PBF no município.**

##### **4.4.1 Indicadores Econômicos.**

No município de Itapirapuã Paulista até o mês de maio de 2013 eram 919 famílias inscritas no Cadastro Único, sendo destas 147 famílias com renda per capita mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00, que representa 593 pessoas e 522 famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70,00.

O valor total dos benefícios pagos pelo governo federal no município no mês de setembro de 2013 foi R\$ 86.080,00, cada família beneficiada recebeu em média R\$ 151,55 (Fonte MDS 09/2013).

O total dos recursos recebidos diretamente pelo cidadão da bolsa família no último ano (de outubro de 2012 a setembro de 2013) é de R\$ 1.037.698,00.

Dos repasses do governo ao município somente este ano, a receita acumulada do FPM é de R\$ 5.693.638,50 e os recursos acumulados também deste ano, pagos diretamente ao cidadão do PBF é de R\$ 779.260,00.

De acordo com entrevista, Apêndice E, realizada com as beneficiárias a composição da renda das famílias é 3% pelo salário esposo mais salário esposa mais bolsa família, 29% salário do esposo mais bolsa família, 61% bicos mais bolsa família e para 7% somente renda da bolsa família.

Foi analisada também a representatividade da renda da bolsa família na composição das receitas da família para 7% dos entrevistados representa de 91 a 100% das receitas, para 2% de 71 a 80% das receitas, e para 3,5% de 51 a 60 % das receitas e para 3,5% também representa de 41 a 50% das receitas, para 14% representa de 31 a 40% das receitas, para 28% representa de 21 a 30% das receitas, para 33% representa de 11 a 20% das receitas e para 9% representa menos de 10% do total das receitas no orçamento familiar.

#### **4.4.2 Indicadores Sociais.**

As famílias inscritas no programa abrangem 3025 pessoas, o que significa que 74% da população do município passaram pelo cadastro (Fonte MDS 05/2013).

No mês de setembro deste ano foram beneficiadas 568 famílias, representando uma cobertura de 103,5% da estimativa das famílias pobres no município.

Dos beneficiários entrevistados no município, 100% são as mulheres as responsáveis pelo benefício, quanto à idade das mesmas e 5% tem até 20 anos, 32 % de 21 a 30 anos, 40 % de 31 a 40 anos, 16 % de 41 a 50 anos e 7% acima de 51 anos.

Quanto à escolaridade das beneficiárias, 5% são analfabetas, 67% não possui ensino fundamental incompleto, 9% ensino fundamental completo, 7% ensino médio incompleto, 12% ensino médio completo e nenhuma com nível superior.

A composição média de membros das famílias e de 37% é de 1 a 3 pessoas, 53% de 4 a 6 pessoas e 10% de 7 a 9 pessoas, nenhum dos entrevistados tinham 10 ou mais pessoas.

Em relação a moradias entre os beneficiários entrevistados 56% possui casa própria de alvenaria, 20% própria madeira, 10% alugada, 14% cedida, nenhum de taipa e no município também não há registro de ocupações.

Referente à melhoria em suas vidas após tornar se beneficiária do programa 100% afirmam que melhorou, porém, 44% afirmam que melhorou muito e 56% que melhorou pouco; quanto ao aspecto qualidade na alimentação, 100% também afirmaram que melhorou destas 47% afirmam que melhorou muito e 53% que melhorou pouco.

Quanto ao valor que recebem do programa 5% dos beneficiários entrevistados consideram ótimo, 75% bom e 20% como regular, nenhum considerou como péssimo.

Com relação às despesas com alimentação das famílias dos beneficiários entrevistado 14% destes gastam mais do que ganham, 22% gastam tudo que ganham somente com alimentação, 4% gastam em média 92% de sua renda com alimentação, 9% gastam em média 85% de sua renda com alimentação, 4% gastam em média 77% de suas receitas com alimentação e 12% gastam em média 72% do que ganham com alimentação e também 12% gastam 63% do que ganham com alimentação, 16% gastam 55% da renda com alimentação e 7% dos entrevistados gastam o equivalente a 44% com alimentação.

O impacto social do programa é positivo, não há pessoas no município em situação de miséria absoluta, dos entrevistados apenas 7% tem como única fonte de renda.

#### **4.4.3 Indicadores de Acompanhamento das Condicionais.**

Em relação ao acompanhamento às condicionalidades, a frequência escolar, são gerados bimestralmente, com base no bimestre maio de 2013, atingiu o percentual de 91,83%, para as crianças e adolescente entre 6 e 15 anos.

Quanto ao publico com perfil para acompanhamento são 621 alunos, destes 607 alunos estavam com a frequência acima do exigido 85%, 14 alunos estavam com frequência abaixo do exigido. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 57,78% resultando em 52 jovens acompanhados de um total de 90 alunos, destes 22 estavam com frequência acima do exigido 75%, 30 alunos estavam com a frequência abaixo do exigido (Fonte MDS 05/13).

Dos beneficiários entrevistados 100% afirmam que nunca tiveram problemas com vaga para seus filhos no serviço escola publica no município e o fato de matricula e frequência escolar serem condicionalidades relativas à permanência no programa bolsa

família aumentou a frequência escolar por parte de seus filhos na escola, fato também que se confirma na entrevista com gestores escolar.

Quanto aos gestores do município consideram que apenas matrícula e frequência escolar não são suficientes para promover desenvolvimento, para se tornar efetivo teria que ser cobrado o bom desempenho do aluno.

Quanto ao acompanhamento da saúde das famílias, o controle e realizado semestralmente, na vigência de junho de 2013, atingiu 94,21% percentual equivale a 504 famílias de um total de 535 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde no município

As gestantes contam com 100% do pré- natal em dia, são acompanhadas 251 crianças, deste total 100% estão com dados nutricionais em dia e 98% das crianças estão com vacinação em dia (Fonte: MDS 06/13).

Dos beneficiários entrevistados 100% afirmam que nunca tiveram problemas com acesso aos serviços de saúde no município e o fato de haver condicionalidades relativas aos serviços de saúde também aumentou sua regularidade com os mesmos, à informação dos beneficiários é coerente com a da secretária de saúde do município.

Quanto aos serviços sócio assistenciais, 100% dos entrevistados afirmam que nunca tiveram problema de acesso aos mesmos.

Segundo entrevista com a assistente social do município, Apêndice D, os serviços sócio assistenciais não aumentarão são 12 famílias em acompanhamento de condicionalidade, um numero considerado baixo e são sempre as mesmas famílias.

Já as repercussões por descumprimento de condicionalidades, total de repercussão indicador saúde e educação 03; total de advertências também 03, não houve bloqueio, suspensão e cancelamento no período, quanto aos Benefícios Variáveis Jovens os índices são maiores, total de acompanhados são 05, sendo destes 02 advertências, 03 suspensões, nenhum cancelamento e bloqueio no período (Fonte: MDS 07/13).

Não houve nenhum recurso cadastrado e avaliado no período (Fonte: MDS 05/13).

#### **4.5 Sugestão para a Bolsa Família no Município.**

Gestão Democrática e Participativa- Este é um desafio a ser vencido, há uma grande dificuldade em mobilizar e envolver pessoas, mas elas terão que tornar-se mais participativas informadas e tornar-se parte do processo, se os meios utilizados estão falhando e necessário fazer uma auto avaliação e mudar as estratégias

Acompanhamento do Ensino freqüência escolar médio- Devido alto índice de descumprimento da condicionalidade freqüência escolar no ensino médio, novas estratégias de acompanhamento deverão traçadas com objetivo de minimizar e eliminar o problema.

Acompanhar as famílias mais vulneráveis social e economicamente- Há um índice de famílias que tem como renda o de origem da bolsa família, há também aqueles que comprometem mais do ganham com alimentação e também de pessoas que comprometem de 90% a 100% com alimentação, acompanhamento individualizados devem ser direcionado a essas famílias como proporcionar meios alternativos de geração de renda para os mesmos, reeducação sobre como conduzir o orçamento familiar, formas de complementar alimentação como horta nas residências destas famílias, pois além de reduzir gastos, aumenta a qualidade da alimentação.

Cadastro Único- Porta de entrada para acesso ao programa bolsa família e demais programa sociais, as informações tem que ser o mais real possível, pois ao incluir uma pessoa que muitas vezes não têm necessidade, estará excluindo outro mais vulnerável socialmente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para que o programa cumpra com seus objetivos ainda há muito que percorrer, o que ainda é perceptível neste município é apenas parte do seu objetivo inicial, a fome esta sendo saciada.

A gestão do programa no município é considerada pela maioria dos beneficiários boa, porém, ainda falta à gestão democrática e participativa acontecer, não se atribui tal carência propriamente ao gestor, mas a uma questão cultural das pessoas de não participar, não opinar, não se posicionar, neste caso dos beneficiários.

Um dos pontos fracos a baixa participação dos mesmos em reuniões que ocorrem periodicamente com o objetivo de conscientizar e orientar sobre seus direitos, deveres e garantias em relação ao programa e de como é o cálculo para receber os valores do benefício.

Em consequência da falta de participação dos mesmos reflete no resultado da pesquisa onde a grande maioria respondeu que não sabe como é calculado o valor do benefício, quanto aos direitos, deveres e garantias praticamente a metade respondeu saber.

Ao gestor do programa cabe também a importante missão tornar o programa coerente com seus objetivos, ao fornecer informações verdadeiras no cadastro seja na inclusão, atualização ou exclusão.

Em relação aos impactos sociais e econômicos do programa no município com base nos relatórios do MDS é muito grande o número de inscrito no Cadastro Único em relação à população total do município.

Com base na pesquisa realizada com os beneficiados do município, todas as entrevistadas são mulheres cumprindo ao que prevê o programa.

A partir da análise das informações desenha o perfil das famílias do programa no município: entre as beneficiadas predominou a faixa etária de 21 a 40 anos, desta também a grande maioria não tem como grau de instrução nem o ensino fundamental completo (confirma que falta de instrução é um dos primeiros fatores responsáveis pela exclusão do mercado de trabalho e em consequência responsável pela exclusão social).

Em relação ao trabalho, composição familiar e moradia a mesma pesquisa indica que são na maioria trabalhadores informais, a maioria dos lares é composta de 04

a 06 pessoas e em 91% dos destes tem na sua composição crianças, sendo predominante 02 em idade escolar e 1 não escolar, um fator positivo é que a maioria possui casa própria de alvenaria.

A mesma pesquisa aponta fatores positivos em relação à gestão, melhoria na qualidade de vida e alimentação: quanto à gestão do programa no município consideram boa, quanto à melhora de vida após o programa consideram que melhorou, mas pouco, porém, quanto ao valor que recebem consideram bom

Quanto ao consumo com alimentação à maioria gasta em média mais de 72% de suas receitas mensais com alimentação, todos afirmam que a qualidade da alimentação após o programa melhorou, porém, a maioria considera como melhorou pouco.

Com relação aos direitos e deveres a maioria afirma não saber como são calculados os valores que recebem já com relação aos direitos, deveres e garantias 49% afirmam saber.

Fator positivo no município: não há dificuldade com oferta de serviços públicos básicos como saúde e educação e o fato de haver condicionalidades relativas a estes só aumentou a regularidade com os mesmos por parte dos beneficiários, o desafio, porém, é tornar estes beneficiários mais participativos e atender os mais vulneráveis.

De acordo com analisado conclui-se a impossibilidade de ascensão social através do programa em curto prazo, o mesmo somente atua como atenuante da fome e da miséria, para tornar efetivo, novas estratégias do programa terão que ser traçadas, como alterar indicadores de condicionalidades da educação, além de matrícula e frequência para resultados obtidos pelos alunos, ressalta se, educar é o caminho mais curto para corrigir as mazelas sociais.

O Programa Bolsa Família é interdependente para que realmente se consolide como transformador de saciados de fome inicial para desenvolvedor de pessoas capazes de auto-sustentar é necessário que ele aconteça em cada município, em cada lar de famílias que realmente tenham o perfil, que cada cidadão cumpra com seus deveres e usufrua de seus direitos e que o poder público use este programa, única e somente, como ferramenta de justiça social.

Para trabalhos futuros poderão ser verificados aspectos relacionados a tempo que o beneficiário é cliente do programa bolsa família; comparativos de como era sua vida antes do programa e após o programa; questões como hábitos de consumo;

identificação de ações implementadas pela gestão local do programa em relação aos mais vulneráveis socialmente.

Análise de impacto econômico da silvicultura- reflorestamento comercial, espécies Pinus Eliotti e Eucaliptos no município, os empregos diretos gerados e valor médio mensal de renda.

## REFERÊNCIAS.

ABREU, Lidiane Rocha. **Bolsa Família: Uma política pública de acesso aos direitos sociais.** Disponível em:

[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1040](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1040) Acesso em: 13 out 2013.

ALVES, Carla Márcia de Lacerda; GOULART, Dillian Adelaide da Silva; RABELO, Guilherme Coelho; MUCHAGATA, Márcia Regina Gonçalves; RIBEIRO, Monica Vasconcelos; XAVIER, Raimundo Rainero; WOFF, Sonia Cristina Brant. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: uma proposta preliminar.** Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacaoImpacto.pdf> Acesso em: 01 out. 2013.

BATISTA, Elizangela Moreira da Silva. **Programa Bolsa Família: condicionalidades, focalização e o valor do benefício.** Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10273/programa\\_bolsa\\_batista.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10273/programa_bolsa_batista.pdf?sequence=1) Acesso em: 02 out. 2013.

BORGES, Cinthia Rosiene de Oliveira; BENTO, José Alex do Nascimento; SANTOS, Maria Fábila Lima dos Santos; SOUZA, Francisca Laudeci Martins. **A Influência do Programa Bolsa Família na redução do nível de pobreza da população e os efeitos das condicionalidades sobre indicadores de saúde e educação: um estudo de caso sobre a comunidade Vila Lobo, município de Crato-CE.** II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. 05 a 09 nov.2012. Disponível em: [http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab\\_est\\_pol\\_pub\\_bra\\_ident\\_lim\\_nov\\_possib/1.pdf](http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_est_pol_pub_bra_ident_lim_nov_possib/1.pdf) Acesso em: 01 out. 2013.

DINIZ, Beatriz Rodrigues. **Políticas Sociais de Combate à Pobreza: A atuação dos programas assistenciais na minimização da miserabilidade.** Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/monografias/105041573.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013

Dihl, Kelly. **A política de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria (Governo Dilma Rouseff) erradicação da pobreza ou controle sobre os pobres.** Disponível em: [http://www.ets.unc.edu.ar/xxseminario/datos/1/1br\\_Kelly\\_dihl\\_stamp.pdf](http://www.ets.unc.edu.ar/xxseminario/datos/1/1br_Kelly_dihl_stamp.pdf) Acesso em: 17 out. 2013.

GLEWWE, Paulo; KASSOUF, Ana Lucia. **O Impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do Ensino Fundamental, taxas de abandono e aprovação.** Disponível em: [http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea\\_ImpactoBolsaFamilia\\_Premio.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_ImpactoBolsaFamilia_Premio.pdf) Acesso em: 01 out. 2013.

**IBGE\_Cidades@\_São Paulo\_Itapirapuã Paulista.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352265> Acesso em: 19 out. 2013.

**Índice de Gini da renda domiciliar per capita.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginisp.def> Acesso em: 05 set. 2013.

**Itapirapuã Paulista (SP), Recursos recebidos diretamente pelo cidadão.** Disponível em: [http://sp.transparencia.gov.br/Itapirapu%C3%A3\\_Paulista/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2013](http://sp.transparencia.gov.br/Itapirapu%C3%A3_Paulista/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2013) Acesso em: 09 nov. 2013.

KAUCHAJE, Samira. **Política Pública de Combate à Pobreza no Brasil: Perspectiva da Modelagem Institucional Internacional.** 8º Encontro da ABCP. Gramados- RS. Disponível em: [http://www.academia.edu/1863322/POLITICA\\_PUBLICA\\_DE\\_COMBATE\\_A\\_POBREZA\\_NO\\_BRASIL\\_PERSPECTIVA\\_DA\\_MODELAGEM\\_INSTITUCIONAL\\_INTERNACIONAL](http://www.academia.edu/1863322/POLITICA_PUBLICA_DE_COMBATE_A_POBREZA_NO_BRASIL_PERSPECTIVA_DA_MODELAGEM_INSTITUCIONAL_INTERNACIONAL) Acesso em: 12 out. 2013.

MALTA, Maria Malta. **Educação e Políticas de Combate à Pobreza.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf> Acesso em: 23 out. 2013.

MESQUITA, Camila Sahb. **O Programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social.** Brasília- DF, mar. 2007. Disponível em:

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007\\_CamileSahbMesquita.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007_CamileSahbMesquita.pdf)

Acesso em: 01 out. 2013

MALTA, Maria Malta. Educação e Políticas de Combate à Pobreza. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf> Acesso em: 23 out. 2013.

MESQUITA, Camila Sahb. **O Programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social.** Brasília- DF, mar. 2007. Disponível em:

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007\\_CamileSahbMesquita.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007_CamileSahbMesquita.pdf)

Acesso em: 01 out. 2013.

\_\_\_\_\_ **Novas Experiências nas Políticas de Combate à Pobreza: os programas de transferências de renda em São Paulo.** Disponível em:

<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/10P.pdf> Acesso em: 13 out. 2013.

**Perfil Municipal.** Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> Acesso em: 19 out. 2013.

**Relatórios de Informações Sociais.** Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php> Acesso em: 16 out. 2013.

SANTOS, Francisco Waleison dos; NOGUEIRA, Ariana; FIGUEIREDO, Maria Tamires Cruz; Santos, Rafael Soares dos. **Análise crítica acerca do programa de transferência de renda Bolsa Família na esfera compensatória Neoliberal.** II Colóquio da Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. De 05 a 09 de Nov. 2012. Disponível em:

[http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab\\_est\\_pol\\_pub\\_bra\\_ident\\_lim\\_nov\\_possib/3.pdf](http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_est_pol_pub_bra_ident_lim_nov_possib/3.pdf) Acesso em: 04 out. 2013.

SANTOS, Tiago Braz dos. **Uma Análise financeira do Programa Bolsa Família.**

Disponível em:

[http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo\\_85.PDF](http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo_85.PDF) Acesso: 02 out 2013.

SANTOS, Tiago Braz dos. **Uma Análise financeira do Programa Bolsa Família.** Disponível em: [http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo\\_85.PDF](http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo_85.PDF) Acesso em: 02 out. 2013.

SCHWARZMAN, Simon. **A Bolsa Família: Mitos e Realidade.** Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf> Acesso em: 29 set. 2013.

YASCHINE, Iliana. **Replicando um programa de transferência condicionada de Renda: Reflexões com base na experiência do programa Oportunidades.** Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/PubSearchResult.do> Acesso em: 28 set. 2013.

## APÊNDICE A

### Entrevista realizada com a Gestora Municipal do PBF- out. 2013.

- (1) Qual e INSTANCIA DE CONTROLE SOCIAL (ICS), indicada por este município e como estão compostos seus membros?
- (2) Como e feito o cadastramento e respectivas atualizações?
- (3) Qual critérios de seleção e permanência no PBF?
- (4) Qual valor dos recursos financeiros recebidos mensalmente para apoio a gestão do PBF e do Cadastro Único? Considera suficiente? Justifique.
- (5) Quanto à fiscalização do PBF, como e a forma de atuação? Considera coerente com os objetivos do programa? Justifique.
- (6) Existem ações complementares realizadas para o publico alvo do programa? Quais? Com qual objetivo?
- (7) E realizado diagnostico básico sobre a gestão do programa? A partir deste são propostas melhorias e estabelecidas prioridades? Quais?
- (8) Como e feito acompanhamento de condicionalidades?
- (9) Quanto aos beneficiários, sabem como é calculado o beneficio; seus direitos, deveres e garantias?
- (10) Cite pontos fracos e fortes do programa no município?
- (11) Que pode ser feito, para melhorar os pontos fracos?
- (12) Mais alguma coisa que queira acrescentar, que não foi perguntado?

## APÊNDICE B

### Entrevista realizada com a Secretária Municipal de Saúde- out. 2013.

#### SAÚDE e BOLSA FAMÍLIA.

- 1) O Como são geradas informações de condicionalidade na saúde da Bolsa Família?
  
- 2) Há dificuldades na oferta de serviço de saúde no município? Justifique.
  
- 3) O fato do indicadores como vacinas em dia, informações de peso e altura, pré-natal, serem usados como condicionalidade, para permanência no Programa Bolsa Família, aumentou o índice de regularidade de procura por parte dos beneficiários, nos últimos cinco anos? Em que proporção?
  
- 4) Considera o indicador coerente com o objetivo do programa, de investir em capital humano e promover desenvolvimento, para romper com o ciclo intergeracional da pobreza? Por quê?
  
- 5) Relacione sugestões relevantes à melhoria do indicador, ligadas a Bolsa Família.

## APÊNDICE C

### **Entrevista realizada com a Diretora da Escola Municipal Padre Caetano Chibaro-out. 2013.**

- 1) Como são geradas informações de condicionalidade na educação do Bolsa Família?
- 2) Há dificuldades na oferta de vagas na educação? Justifique.
- 3) O fato de o indicador frequência escolar ser usado como condicionalidade, para permanência no Programa Bolsa Família aumentou o índice de matrícula e frequência e reduziu o índice evasão por parte dos beneficiários, nos últimos cinco anos? Em que proporção?
- 4) Considera o indicador coerente com o objetivo do programa, de investir em capital humano e promover desenvolvimento, para romper com o ciclo intergeracional da pobreza? Por quê?
- 5) Relacione sugestões relevantes à melhoria do indicador, ligadas ao Bolsa Família?

## APÊNDICE D

### **Entrevista realizada com a Assistente Social- out. 2013.**

1) O Como são geradas informações de condicionalidade no serviço social do Bolsa Família?

2) Há dificuldades de oferta de serviços sócio-assistenciais no município? Justifique.

3) O fato de o indicador acompanhamento sócio-assitencial ser usado como condicionalidade para permanência no Programa Bolsa Família, aumentou o índice de atendimento por parte dos beneficiários? Em que proporção?

4) Considera o indicador coerente com o objetivo do programa de investir em capital humano e promover desenvolvimento, para romper com o ciclo intergeracional da pobreza? Por quê?

5) Relacione sugestões relevantes à melhoria do indicador, ligadas a Bolsa Família.

## APÊNDICE E

**Entrevista aplicada aos beneficiários do PBF no município de Itapirapuã Paulista no período de 18/10 a 23/10/13.**

ENTREVISTA COM BENEFICIÁRIOS (AS) DO BF.

1) SEXO:

( ) FEM

( ) MASC

2) IDADE:

( ) ATE 20 ANOS

( ) 21 A 30 ANOS

( ) 31 A 40 ANOS

( ) 41 A 50 ANOS

( ) ACIMA DE 51 ANOS

3) ESCOLARIDADE:

( ) ANALFABETO

( ) ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

(.....) ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

( ) ENSINO MEDIO INCOMPLETO

( ) ENSINO MEDIO COMPLETO

( ) ENSINO SUPERIOR

3) MEMBROS DA FAMILIA/QUANTAS CRIANÇAS?

( ) 1 A 3 PESSOAS

4 A 6 PESSOAS

7 A 9 PESSOAS

10 OU MAIS

4) MORADIA:

PROPRIA ALVENARIA

PROPRIA MADEIRA

PROPRIA TAIPA

ALUGADA

CEDIDA

OCUPAÇÃO

5) HOUVE MELHORAS NA SUA VIDA APÓS O BF?

MUITO

POUCO

NÃO MELHOROU

6) COMPOSIÇÃO RENDA FAMILIAR/VALOR:

SALARIO ESPOSO, ESPOSA, BF

SALARIO ESPOSO E BF

BICOS + BF

BF

7) QUANTO AO VALOR QUE RECEBE DO PROGRAMA CONSIDERA:

OTIMO

BOM

REGULAR

PESSIMO

8) QUAL O VALOR EM R\$ DA SUA BF?

Colocar de 1 a 10 dependentes crianças não em idade escolar + crianças em idade escolar.

9) GASTO COM ALIMENTAÇÃO VALORES R\$

(.....) ATE 100

DE 101 A 200

DE 201 A 300

DE 301 A 400

DE 401 A 500

DE 501 A 600

DE 601 A 700

DE 701 A 800

DE 801 A 900

DE 901 A 1000

MAIS DE 1000

10) HOUVE MELHORAS NA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO APÓS O BENEFICIO:

MUITO

POUCO

NÃO MELHOROU

11) SABE COMO E CALCULADO O VALOR DOS BENEFICIOS QUE VOCE RECEBE:

SIM

NÃO

12) SABE SEUS DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS EM RELAÇÃO AO PROGRAMA:

(.....) SIM

NÃO

13) ANTES DE RECEBER O BF, ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA COM IDADE ESCOLAR DEIXOU DE TER ACESSO A ESCOLA:

SIM

NÃO

14) O FATO DE A FREQUÊNCIA ESCOLAR SER INDICADOR DE CONDICIONALIDADES AUMENTOU A FREQUÊNCIA DE SEUS FILHOS:

(.....) SIM

(.....) NÃO

14) ANTES DE RECEBER O BF, ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA DEIXOU DE TER ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS:

SIM

NÃO

15) O FATO DA REGULARIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS SER FATOR DE CONDICIONALIDADE AUMENTOU A FREQUÊNCIA DE SUA FAMÍLIA A ESTE:

(.....) SIM

(.....) NÃO

16) ANTES RECEBER O BF, ALGUMA CRIANÇA OU GESTANTE DE SUA FAMÍLIA DEIXOU DE TER ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE?

( ) SIM

( ) NÃO

17) O FATO DE HAVER CONDICIONALIDADES RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE AUMENTOU SUA REGULARIDADE COM OS MESMOS:

(.....) SIM

(.....) NÃO

18) COMO AVALIA A GESTÃO DO PBF NO MUNICÍPIO:

( ) ÓTIMO

( ) BOM

( ) REGULAR

( ) PÉSSIMO